

Demonstrações Financeiras

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Em 31 de dezembro de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4



Walter Garcia Neumayer
Contador CRC - 1RJ 091. 659/O-0

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.554.197	61.533.185
Concessionárias e permissionárias	6	20.325.687	16.633.715
Estoques		2.108.122	1.435.255
Adiantamento a fornecedores		1.143.570	765.997
Impostos a recuperar		142.803	144.451
Ativo financeiro indenizável	7	155.374.057	144.260.194
Serviços em curso		395.935	577.540
Outros ativos circulantes		76.464	130.725
		<u>230.120.835</u>	<u>225.481.062</u>
Ativo não circulante			
Ativo financeiro indenizável	7	254.743.067	293.345.200
Outros ativos não circulantes	8	7.378.074	2.031.924
Imobilizado		1.269.914	978.120
Intangível		1.007.039	913.438
		<u>264.398.094</u>	<u>297.268.682</u>
Total do ativo		<u><u>494.518.929</u></u>	<u><u>522.749.744</u></u>

	Nota	2014	2013
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		411.106	170.626
Fornecedores - partes relacionadas	21	9.705	4.651
Empréstimos - terceiros	9	52.881.496	46.670.536
Empréstimos - partes relacionadas	9	28.104.824	25.460.807
Tributos e contribuições sociais	10	39.765.987	32.572.485
Taxas regulamentares	11	6.367.469	4.685.196
Dividendos propostos	14	30.829.188	28.062.694
Outros passivos circulantes		1.695.004	1.980.762
		<u>160.064.779</u>	<u>139.607.757</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos - terceiros	9	52.791.975	93.118.350
Outras provisões - compensação ambiental		1.541.210	3.550.058
Provisão para contingências	12	5.214.215	11.068.870
Imposto de renda diferido	13	38.565.214	44.432.522
Outros passivos não circulantes		2.602.855	-
		<u>100.715.469</u>	<u>152.169.800</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	14	82.518.088	82.518.088
Reservas de lucros		134.241.734	133.814.240
Reserva legal		16.978.859	16.978.859
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(2.339.000)
		<u>233.738.681</u>	<u>230.972.187</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>494.518.929</u>	<u>522.749.744</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita operacional líquida	15	130.250.422	130.457.495
Custo da operação	16	<u>(7.160.267)</u>	<u>(7.400.751)</u>
Lucro bruto		123.090.155	123.056.744
Despesas com pessoal e administradores		(4.801.376)	(3.961.674)
Outras despesas/receitas operacionais	17	<u>3.969.196</u>	<u>(2.759.867)</u>
Lucro antes das receitas financeiras		122.257.975	116.335.203
Resultado financeiro	18	<u>(20.364.337)</u>	<u>(20.730.657)</u>
Receita financeira		24.479.965	23.076.863
Despesa financeira		(44.844.302)	(43.807.520)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>101.893.638</u>	<u>95.604.546</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	(40.235.262)	(39.479.159)
Lucro líquido do exercício		<u>61.658.376</u>	<u>56.125.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	61.658.376	56.125.387
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>61.658.376</u>	<u>56.125.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	82.518.088	16.978.859	141.667.231	(2.339.000)	-	238.825.178
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	56.125.387	56.125.387
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	28.062.694	-	(28.062.694)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(28.062.693)	(28.062.693)
Dividendos intermediários pagos	-	-	(35.915.685)	-	-	(35.915.685)
	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	82.518.088	16.978.859	133.814.240	(2.339.000)	-	230.972.187
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	61.658.376	61.658.376
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	30.829.188	-	(30.829.188)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(30.829.188)	(30.829.188)
Dividendos intermediários pagos	-	-	(28.062.694)	-	-	(28.062.694)
Reversão do saldo de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(2.339.000)	2.339.000	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	82.518.088	16.978.859	134.241.734	-	-	233.738.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

	2014	2013
Atividades operacionais:		
Lucro antes dos impostos	101.893.639	95.604.546
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	26.350.204	24.580.430
Depreciação e amortização	116.501	127.116
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.182.625	(894.270)
Provisão para contingências	(5.854.655)	769.482
Provisão para medidas compensatórias	(2.008.848)	-
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(4.874.597)	25.632
Ativo financeiro indenizável	27.488.269	4.170.980
Estoques	(672.866)	-
Tributos e contribuições compensáveis	1.649	(63.751)
Adiantamentos a fornecedores	(377.573)	89.534
Outros ativos	(5.110.284)	4.304.801
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	245.534	(140.507)
Tributos e contribuições sociais	8.804.606	2.527.334
Impostos pagos	(41.846.366)	(37.268.382)
Juros pagos	(3.789.457)	(4.379.976)
Taxas regulamentares	1.682.273	767.820
Outros passivos	2.317.094	(124.332)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	99.680.440	86.520.242
Aquisição de imobilizado e intangível	(501.897)	(286.163)
Caixa pago através de outras atividades de investimentos	-	(279.061)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	(501.897)	(565.224)
Empréstimos captados	51.926.270	25.776.587
Empréstimos pagos	(105.958.415)	(43.222.163)
Dividendos pagos	(56.125.387)	(71.831.370)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	(110.157.532)	(89.276.946)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(10.978.988)	(3.321.928)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.533.185	61.278.901
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	50.554.197	61.533.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

1. Informações gerais

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” e/ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000.

No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$52.000.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 27 de junho de 2013, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1559 estabeleceu a RAP da Companhia em R\$155.296.934 para o período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014 estabeleceu a RAP da Companhia em R\$163.225.448 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Exceto pelas atualizações da RAP, não houve alteração no contrato de concessão e nas práticas contábeis relacionadas a estes contratos - ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 31 de março de 2015. No exercício de 2014 algumas reclassificações não materiais foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.4. Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros a valor justo são mensurados em cada data de fechamento do balanço patrimonial. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros são apresentadas nas respectivas notas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá no mercado principal para o ativo ou passivo ou na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia definida pelo CPC 46, as quais:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4. Ativo financeiro indenizável

A Companhia reconhece um crédito a receber quando possui direito de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Dados históricos são utilizados como base para determinação do ativo financeiro indenizável, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada contrato.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

3.5. Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre serviços prestados.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR)

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

Mensalmente a provisão para a RGR é reconhecida tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), esta que é definida anualmente pela ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Programa de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. As provisões são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

TFSEE

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

3.10. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.13. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.14. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Receita financeira de concessão

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

3.15. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e adiantamentos a receber, ativo financeiro indenizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável são classificados como ativos financeiros justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores – partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1. Pronunciamentos que entraram em vigor em 2014

Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)) - Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39 - Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação” e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Renovação de derivativos e continuação da contabilização de *hedge* - alterações ao CPC 38 - Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar *hedges* descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de *hedge* atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, uma vez que este aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2010-2012 - O IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar não circulante sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

Melhorias anuais – ciclo 2011-2013 - O IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia, uma vez que suas demonstrações financeiras são preparadas com base em IFRS em vigência.

4.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Existem pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar esses pronunciamentos quando entrarem em vigência, se aplicáveis.

Os pronunciamentos a serem analisados são: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas, Alterações na IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado, Melhorias anuais - Ciclo 2010-2012, IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 8 - Segmentos Operacionais, IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível, IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, Melhorias Anuais - Ciclo 2011-2013, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, IAS 40 - Propriedade para Investimento, IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias, Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, Alterações à IAS 16 e a IAS 41 - Agricultura: Plantas Frutíferas e Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	30.893	29.440
Banco	446.178	4.827.201
Aplicações financeiras	50.077.126	56.676.544
	<u>50.554.197</u>	<u>61.533.185</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

6. Concessionárias e permissionárias

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer	19.844.471	15.601.110
Vencidas até 30 dias	94.514	24.724
Vencidas até 60 dias	83.395	50.863
Vencidas até 90 dias	106.683	21.184
Vencidas há mais de 90 dias	1.553.230	1.109.815
	<u>21.682.293</u>	<u>16.807.696</u>
(-) PCLD	(1.356.606)	(173.981)
	<u>20.325.687</u>	<u>16.633.715</u>

Em função do giro do contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 90 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 90 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária.

Segue movimentação da PCLD no exercício de 2014:

Saldo em 1º de janeiro de 2014	(173.981)
Reversão	-
Complemento de provisão	<u>(1.182.625)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(1.356.606)</u>

7. Ativo financeiro indenizável

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante	155.374.057	144.260.194
Não circulante	254.743.067	293.345.200
	<u>410.117.124</u>	<u>437.605.394</u>

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação o ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente da ANEEL ou para quem for delegada essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

8. Outros ativos não circulantes

	2014	2013
Reembolsos - Contingências (i)	5.214.215	-
Contas a receber partes relacionadas (nota explicativa 21)	131.935	-
Depósitos Judiciais	1.954.908	1.954.908
Outros	77.016	77.016
	<u>7.378.074</u>	<u>2.031.924</u>

- (i) Em 16 de maio de 2010 a SGBH celebrou contrato de compra e venda de ações (o "Contrato") para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da PCTE junto a Elecnor Transmissão de Energia S.A. Elecnor S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Cobra Instalaciones y Servicios S.A., Isolux Energia e Participações S.A., Grupo Isolux Corsán S.A. (partes vendedoras e intervenientes).

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

Por meio deste contrato e seus respectivos aditamentos, as vendedoras se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos à quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas acima listadas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis na nota explicativa 12.

9. Empréstimos

	2014		2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
China Development Bank (CDB) (i)	52.881.496	52.791.975	46.670.536	93.118.350
State Grid International Development (SGID) (ii)	28.104.824	-	25.460.807	-
	80.986.320	52.791.975	72.131.343	93.118.350

(i) CDB

Em 4 de setembro de 2012, a Companhia captou um empréstimo no valor de USD79.500.000, correspondente a R\$162.338.750, conforme contrato firmado em 20 de julho de 2012 com um custo de *Libor* + 2,20% a.a. e vencimento em 20/12/2016 com pagamentos de principal e juros semestrais. Este empréstimo tem como garantidor a SGID e não existem cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros.

O vencimento do montante registrado como não circulante vence em 2016.

ii) SGID

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao CDB nos montantes de USD 10.860.159 e USD 3.321.682, correspondente a R\$ 8.014.798 e R\$ 7.394.063 respectivamente. Nas mesmas datas e montantes foi contratado, junto a SGID um empréstimo a custo de *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Em 19 de dezembro de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, a parcela referente ao principal e juros do empréstimo junto ao CDB no montante de USD 10.571.875, correspondente a R\$ 27.962.610. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo a custo de *Libor* + 2,20% a.a. e vencimento em 20 de junho de 2015 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros, bem como não existe ativos em garantia.

10. Tributos e contribuições sociais

	2014	2013
IR	28.661.133	23.460.549
CSLL	10.571.613	8.792.970
PIS	81.521	26.349
COFINS	376.195	222.351
Outros	75.525	70.266
	39.765.987	32.572.485

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

11. Taxas regulamentares

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	578.355	170.784
Taxa de fiscalização (TFSEE)	622.018	355.467
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	5.167.096	4.158.945
	<u>6.367.469</u>	<u>4.685.196</u>

12. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fiscal	5.214.215	10.299.388
Trabalhista	-	769.482
	<u>5.214.215</u>	<u>11.068.870</u>

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

Natureza	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fiscal	6.577.129	2.743.877
Ambiental	144.068	149.490
	<u>6.721.197</u>	<u>2.893.367</u>

13. Impostos diferidos passivos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Efeitos referentes a adoção do ICPC 01	38.565.214	44.432.522
	<u>38.565.214</u>	<u>44.432.522</u>

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 82.518.088, dividido em 82.518.088 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2014 e 2013</u>
SGBH-E	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. Nos anos de 2014 e 2013 não foi constituída a reserva legal, pois foi atingido o limite previsto pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício/ Base de cálculo	61.658.376	56.125.387
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	<u>30.829.188</u>	<u>28.062.694</u>

Em 14 de junho de 2013, a Administração pagou o montante de R\$ 35.915.685 de dividendos intermediários referente à reserva de lucros. Em 14 de junho de 2014, a Administração pagou o montante de R\$ 28.062.694 de dividendos intermediários referente à reserva de lucros.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

15. Receita operacional líquida

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita operacional bruta	142.614.018	140.949.149
Receita de operação e manutenção	8.212.876	14.122.293
Receita financeira de construção e outras	134.401.142	126.826.856
Deduções da receita operacional	(12.363.596)	(10.491.654)
PIS	(1.184.732)	(981.278)
COFINS	(5.349.656)	(4.528.391)
ISS	(4.321)	(7.621)
Quota para RGR	(4.252.557)	(3.628.003)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(1.572.330)	(1.346.361)
	130.250.422	130.457.495

16. Custo da operação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pessoal	(3.909.550)	(3.753.103)
Material (i)	213.800	(224.438)
Serviços de terceiros	(2.351.556)	(1.968.501)
Taxas de fiscalização	(850.511)	(725.601)
Custo de construção	143.929	(114.990)
Meio ambiente	(389.283)	(310.830)
Outros	(17.096)	(303.288)
	(7.160.267)	(7.400.751)

(i) A administração registrou R\$ 486.865 de ganho de inventário físico.

17. Outras despesas/receitas operacionais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depreciação e amortização	(116.501)	(126.331)
Constituição de PCLD	(1.182.625)	(151.807)
Reversão de PCLD	-	1.046.078
Reversão de contingência	5.085.173	(769.482,00)
Constituição de créditos a receber (contingências) (nota explicativa 8)	5.214.215	-
Constituição de provisão de terceiros	(1.833.373)	-
Serviços de terceiros	(1.127.975)	(556.283)
Arrendamentos e aluguéis	(1.232.270)	(1.284.100)
Doações	(718.356)	(820.729)
Outras	(119.092)	(97.213)
	3.969.196	(2.759.867)

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

18. Resultado financeiro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita financeira	24.479.965	23.076.863
Receitas de aplicações financeiras	6.467.863	4.576.384
Variações cambiais ativas	17.994.503	18.404.935
Outras receitas financeiras	17.599	95.544
Despesa financeira	(44.844.302)	(43.807.520)
Variações cambiais passivas	(40.733.182)	(38.510.794)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(3.256.885)	(4.382.772)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 9)	(354.640)	(19.799)
Outras despesas financeiras	(499.595)	(894.155)
	(20.364.337)	(20.730.657)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Segue instrumentos financeiros ativos e passivos classificados pelas suas categorias e comparados ao ser valor justo:

Descrição	Nota	Valor Contábil		Valor Justo	
		2014	2013	2014	2013
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.554.197	61.533.185	50.554.197	61.533.185
Ativo financeiro indenizável	7	410.117.124	437.605.394	410.117.124	437.605.394
Adiantamentos a fornecedores		1.143.570	765.997	1.143.570	765.997
Concessionárias e permissionárias	6	20.325.687	16.633.715	20.325.687	16.633.715
		482.140.578	516.538.291	482.140.578	516.538.291
Passivo					
Empréstimos	9	133.778.295	165.249.693	133.778.295	165.249.693
Fornecedores - terceiros		411.106	170.626	411.106	170.626
Fornecedores - partes relacionadas	21	9.705	4.651	9.705	4.651
		134.199.106	165.424.970	134.199.106	165.424.970

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

19.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.554.197	61.533.185
Ativo financeiro indenizável	7	410.117.124	437.605.394
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2014	2013
Adiantamentos a fornecedores		1.143.570	765.997
Concessionárias e permissionárias	6	20.325.687	16.633.715
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2014	2013
Empréstimos	9	133.778.295	165.249.693
Fornecedores - terceiros		411.106	170.626
Fornecedores – partes relacionadas	21	9.705	4.651

19.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31 de dezembro de 2014. Consideramos a mudança na variável de risco de +5% e -5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2014</u>	<u>5%</u>	<u>-5%</u>
Empréstimos	133.778.295	140.467.210	127.089.380

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados ao contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao NOS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

20. Conciliação de imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do IR e CS	101.893.638	95.604.546
Alíquota nominal (34%)	<u>(34.643.837)</u>	<u>(32.505.546)</u>
Adições e exclusões não dedutíveis	(6.375.364)	(7.860.439)
Outros	783.938	886.826
IR E CS da alíquota efetiva	<u>(40.235.262)</u>	<u>(39.479.159)</u>
	(39%)	(41%)
IR e CS corrente	(46.102.570)	(37.268.385)
IR e CS diferido	<u>5.867.308</u>	<u>(2.210.774)</u>
	<u>(40.235.262)</u>	<u>(39.479.159)</u>

21. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

21.1. Passivo

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores (i)	9.705	4.651
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 9)	28.104.824	25.460.807

21.2. Resultado

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesa de aluguel (i)	64.822	54.243
Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 9)	354.640	19.799

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

22. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

No exercício de 2014 a Administração internalizou o endividamento, este que estava com terceiros e foi transferido para a SGID (nota explicativa 09).

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Responsabilidade civil	136.273.821	136.273.821
Seguro Patrimonial	74.935.602	74.935.602
Veículos	103.167	22.722
	<u>211.312.590</u>	<u>211.232.145</u>